

LECLERC, Gérard. Qui sont les intellectuels? Sciences Humaines, n° 157, fev. 2005.

Quem são os intelectuais? O caso dos universitários

Para pertencer ao mundo dos intelectuais, não é suficiente produzir uma obra artística, científica, literária, é preciso também saber impor-se em diferentes conexões de legitimação e de consagração: a pesquisa, o ensino e a edição.

Em 1958, o sociólogo americano Edward Shils tinha definido o intelectual a partir de suas *intellectual works* (atividades intelectuais). Estas residem, afirma ele, na produção, na reprodução e consumação de obras intelectuais. A atividade intelectual, por excelência, leva à criação de um produto final chamado “obra”. Os intelectuais, no senso estrito, são então aqueles que produzem uma obra no campo cultural, científico, estético, literário, ideológico, etc.

O intelectual e a universidade

Uma obra- que se trata de um livro, de um artigo de jornal, de um artigo científico, de um quadro, de uma partitura musical, de uma escultura- é uma criação original ligada a um autor singular. É isso que distingue o trabalhador do criador. Se o trabalhador é, em geral, anônimo, o autor (criador) é aquele que assina sua obra, a marca de seu nome e reivindica a “propriedade”.

Em um sentido mais amplo, o intelectual não se limita àquele que produz uma obra, mas participa também na sua distribuição e na sua consumação. Neste sentido, a noção de intelectual pode estender-se não somente aos escritores e cientistas, mas também aos professores e jornalistas, mediadores e difusores de obras culturais. Se o intelectual vive sua atividade sobre o modo de criação pessoal mais ou menos inspirado, então a criação de uma obra (literária, científica, etc) supõe um quadro institucional, meios e lugares de produção e de difusão. Deste ponto de vista sociológico, podemos nos interrogar sobre o embasamento social que forma o meio de vida do intelectual.

Para começar, o intelectual contemporâneo é, antes de tudo, um produto da universidade. Se o clérigo cristão, os brâmanes hindus, os mandarins chineses, os escribas e profetas de Israel podem ser considerados como os “precursores” do intelectual, este último é o resultado da secularização das crenças, em particular com o nascimento das universidades, especializadas nos saberes empíricos e técnicos. Talcott Parsons já tinha notado em 1969: a universidade é o lugar de exercício do intelectual. O intelectual é, de um ponto de vista histórico factual, em principio um universitário e seu nascimento está ligado ao nascimento da universidade.

Ao pertencimento universitário agrega-se a fixação nos lugares simbólicos: na França, a “rive gauche”, o “Quartier latin” ou “Saint-Germain-de-Près”, nos Estados Unidos, “Greenwich Village”, as grandes universidades da costa Leste (Yale, Harvard, Princeton, Columbia), aquelas da costa californiana (Berkeley, Stanford, etc) os institutos prestigiados como o MIT (Massachusetts Institute of Technology) a leitura dos mesmos jornais (Le Monde, La libération), das mesmas revistas (Le Nouvel Observateur, Esprit, Les Temps Modernes, Le Debat) forma igualmente esta ligação invisível que contribui para produzir um mundo de idéias, de opiniões, de questões coletivas: ela constitui um “éter espiritual e intelectual” que é engolido pelo conjunto dos intelectuais franceses, parisienses ou provincianos, membros da elite ou da massa.

Espaços da “intelligentsia”

A comunidade intelectual é também feita de conexões de interconhecimento e inter-desconhecimento. Rémy Rieffel tinha construído sua vasta pesquisa sobre a “Tribu des clercs” (tribo dos clérigos) a partir de três conceitos:

1. O modo de filiação que rege a entrada no grupo (via de freqüência aos colóquios onde se formam ligações informais ou o espírito de corpos de antigos da “École normale supérieure, etc).
2. O modo de legitimação que rege a construção do reconhecimento ao lado dos pares (via de publicação especializada, as revistas de referência, etc).
3. O modo de consagração que contribui para produzir um reconhecimento amplo ao lado do grande público (via dos meios de comunicação com larga difusão).

Estabelecendo frequentemente seu assento a partir de um recrutamento que se opera sobre a base de uma formação dividida, de uma escolarização comum em lugares prestigiados como a École normale supérieure (em menor quantidade), “L’Ena” a École Polytechnique (para os cientistas), a rigor a Sorbonne (para os literários), as conexões intelectuais supõe uma forma de sociabilidade e marcadores de identidade que são a antítese da usina e do escritório. Existem lugares privados e públicos que são não somente a lareira da elaboração dessa sociabilidade, mas o espaço de produção real dessas idéias, tanto que os últimos constituem um bem coletivo maior que o individual.

No século XIX, esses lugares foram os salões, às vezes os clubes. Hoje, são em grande parte os colóquios e encontros (antes da guerra, as famosas Décadas de Pontigny: há três décadas são os colóquios de Cerisy e de Royamont). Uma das maiores atividades dos laboratórios de pesquisa consiste na organização, na gestão de recursos, na gestão de seminários e colóquios cada vez mais numerosos.

São igualmente lugares estratégicos os lugares públicos “colonizados” pelos intelectuais: o Centro Beaubourg, a Fnac, etc; mesmo de certas editoras, pequenas ou grandes: Gallimard, Minuit (verdadeiro laboratório do “nouveau roman”, Maspero, Le Seuil, Grasset). Igualmente revistas especializadas: Sprit, Les Temps Modernes, Arguments, La Nouvelle Critique, Tel Quel, Commentaire, Le Débat. Não esqueçamos também dos espaços universitários estratégicos, centrais e prestigiados: a “Maison des sciences de l’homme” (a MSH, para os mais íntimos), endereço oficial para a maioria dos educadores da “École des Hautes Études em Sciences Sociales” (IEHES), A École Normale Supérieure (Normale Sup), Dauphine (para os economistas, Vincennes nos anos 70 (para os especialistas em ciências humanas). Mais recentemente a participação – pontual e *a fortiori* regular- nas transmissões televisivas de caráter cultural, elitista, nos canais públicos, a presença na TV5, na France Culture, passaram a ser obrigatórias, ritos de iniciação ou de confirmação para quem pretende ter, na França, o status de intelectual.

Vê-se: o intelectual isolado não existe. Ser um intelectual é pertencer conscientemente e não importa de qual maneira, à uma coletividade dos pares. A importância da comunicação entre colegas, da notoriedade e da visibilidade, o papel da palavra pública, tanto no engajamento do intelectual, a vontade de dar um peso coletivo à iniciativa que pode, na largada, ser individual, todos esses fenômenos explicam que o intelectual é profundamente individualista e enraizado no grupo de seus pares.

Poder e Autoridade Intelectual

Até aqui falamos mais dos intelectuais como um grupo homogêneo, relativamente igualitário, cujos membros seriam todos mais ou menos equivalentes. Em geral, entretanto, utiliza-se o termo “intelligentsia” para designar a margem superior da classe intelectual: a elite dos intelectuais. Podemos também chamar “intelligentsia” o conjunto do grupo dos intelectuais. Dividiremos, então, esse grupo em “alto”, “médio” e “baixo” *intelligentsias*.

No centro do mundo intelectual, Pierre Bourdieu, em 1984 opunha a autoridade científica e a autoridade estatutária. O “capital científico” poderia dividir-se, segundo ele, em dois componentes. De uma parte, um poder “que se poderia chamar temporal ou político, poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições eminentes nas instituições científicas, direções de laboratórios ou departamentos, pertencendo à essas comissões, comitês de avaliação, etc. A este poder sobre os meios de produção científica (em termos de contrato, créditos, cargos, etc.), podemos opor um poder propriamente científico, de prestígio pessoal que cai exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivados e institucionalizados, do conjunto dos pares ou da fração mais consagrada entre eles (com notadamente os “colégios invisíveis” de sábios unidos por análises de estima mútua- *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique, Inra, 1995*).

Essas duas partes se misturam, de fato, de maneira complexa e formam uma alquimia misteriosa que produz o prestígio simbólico e a notoriedade/visibilidade.

Tentamos, então, nos debruçarmos sobre esse assunto, visando unicamente aqui a dimensão da atividade profissional no mundo da universidade e da pesquisa.

Se os educadores – mais precisamente os universitários – são o cerne da “intelligentsia” parece que uma das condições que favorece o acesso ao grupo seja o exercício da função pedagógica.

Isto que poderíamos chamar “a massa dos intelectuais” é constituída de educadores-pesquisadores que são oficialmente os universitários. Mas mesmo neste grupo aparentemente homogêneo e igualitário (não se fala dos pares?), uma hierarquia estatutária delimita subgrupos e extratos de prestígio e de função.

Numerosos trabalhos sociológicos e históricos foram realizados em propósito da importância do “capital cultural” no acesso às classes superiores e especialmente nas elites intelectuais. A posse de títulos e diplomas prestigiados testemunham o pertencimento à elite universitária (passagem pelo ENS da rua D’Ulm, agregação, eventualmente sciences Po e ENA, etc.) é uma condição favorável ou favorecedora para a entrada no centro ou na esfera superior da “intelligentsia francesa”.

Entretanto, essa condição não é suficiente para forjar uma notoriedade intelectual e cultural. Numerosas meditações intervêm, com efeito, entre o pertencimento à elite das profissões intelectuais (em particular a elite universitária) e a entrada no círculo central ou superior da intelligentsia. Depois de tudo, nem Émile Zola, nem André Gide, nem André Malraux, foram universitários. Mesmo Jean-Paul Sartre, educador desde sua juventude, não fez carreira na universidade. E mesmo os escritores que estão na mídia, que tem a figura de “leaders de intelligentsia” não são de todo provenientes do palácio universitário. Há (para falar como Pierre Bourdieu) uma hierarquia universitária de “títulos de nobreza” cultural: os assistentes, os professores assistentes (transformados em mestre de conferência), enfim, os professores. Mas essa hierarquia oficial nada mais é que o “cursus honorum standard”, o qual aspira todo o conhecimento “superior”. Ela não diz nada sobre a

hierarquia que se constrói efetivamente no curso das carreiras profissionais, e que intervém outros elementos que os títulos e “les grades”. Há uma hierarquia simbólica (mas bem real) de “outro modo” mais sofisticado. Esta última invisível para aqueles que não pertencem ao mundo dos intelectuais e que não fazem parte do “palácio”, aqueles que ficam fora do espaço das “conivências”, das influências e das confluências.

O prestígio dos universitários

O prestígio dos universitários não se julga simplesmente pelo seu título, mas pode medir-se ao menos quatro dimensões:

- 1) O prestígio da instituição: A distinção entre elite professoral e a massa dos encarregados de aulas, assistente e outros, há a “coupure” entre as universidades do interior e as universidades prestigiadas, herdeiras da velha “Sorbonne” (para pegar o caso das letras e ciências humanas), e as universidades de subúrbios e periferias. Mas gradações finas, bem conhecidas dos especialistas, separam igualmente esses diferentes estratos dos institutos e instituições de pesquisa para-universitárias (sciences-Po, EHess, laboratórios do CNRS tendo ligação com os institutos universitários importantes, “College de France, etc.).
- 2) Produzir uma obra reconhecida: presume-se que todo universitário é também um pesquisador, e seu avanço profissional se dá por parte de sua produtividade científica. Ele deve então publicar, num ritmo relativamente regular, segundo uma produtividade mediana que varia segundo as disciplinas e os tipos de pesquisa, das obras e, sobretudo, dos artigos científicos, próprios para aumentar sua reputação de pesquisador. Tal é o senso da famosa fórmula anglo-saxônica: “publish or perish” (que não se aplica, entretanto, que particularmente ao caso francês onde certas “rendas/rentes” de situação permitem perdurar em uma carreira sem publicar).
- 3) Editar/publicar: a influência intelectual pode se medir, fora da universidade, na função da edição. A entrada e o pertencimento ao mundo da edição fornece a estes que são seus beneficiários, um tipo de “poder intelectual”. Dirigir uma coleção para um editor é, com efeitos para o universitário-pesquisador-intelectual, possuir um meio de avaliar, controlar, gerir a produção dos pares, de pesar sobre a natureza da produção intelectual nos domínios de competência que é seu. É adquirir a possibilidade de promover as obras dos colegas, de influenciar sua produção.
- 4) Dirigir um laboratório: a ciência se faz agora não somente na universidade, mas nos múltiplos laboratórios, compondo a entidade relativamente abstrata que é o CNRS. Dirigir um “labo” (laboratório), melhor ainda, um conjunto de “labos”, é colocar-se em posição real de influência e de poder (pela capacidade de mobilizar e gerar créditos, de influenciar a carreira de pesquisa de certos colegas, em particular aquela dos jovens pesquisadores, e então contribuir para formar a nova geração de cientistas).

O status do intelectual se construiu sobre um duplo pertencimento entre, de um lado, a edição e a mídia. As modalidades de inscrição ao redor destes dois pólos dando lugar a todo um espectro de possíveis, unificado, entretanto por uma ligação íntima com o mundo da criação cultural.